

# Reforma tributária mobiliza Governadores

LÚCIO VAZ

BRASÍLIA — Depois de ajudarem decisivamente o Palácio do Planalto a aprovar o presidencialismo e os cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney, os Governadores deverão retornar a Brasília a partir da próxima semana, mas desta vez para enfrentar o Governo federal. Eles vão pressionar os Constituintes para aprovar uma reforma tributária que amplie a participação dos Estados no bolo tributário, acabando com a centralização de recursos e de poder político nas mãos do Presidente da República.

Se conseguirem aprovar o texto da Comissão de Sistematização — adotado com pequenas alterações pelo Centrão —, os Governadores terão restabelecido um quadro próximo àquele vivido antes da Revolução de 64, quando a União ficava com 39 por cento dos recursos, os Municípios com 12 por cento e os Estados com 48 por cento. Nos 21 anos de governos militares e mais três de Nova República, houve uma inversão total nesta distribuição de recursos, 46 por cento ficaram para a União, 18 por cento para os Municípios e 36 por cento para os Estados.

Há divergências nas previsões sobre as novas fatias do bolo tributário, mas a média dos cálculos indica 36 por cento para a União, 22 por cento para os Municípios e 42 por cento para os Estados. Os Municípios também ganham, mas é evidente que o maior volume de recursos fica com os Estados.

A ofensiva dos Governadores começou na semana passada, a partir da reunião do Governador Moreira Franco com a bancada federal do PMDB do Rio de Janeiro, no Carlton Hotel, em Brasília.

— Haverá pressão do Governo Federal, mas os interesses do Estado deverão prevalecer — sentenciou Moreira Franco para dez Deputados. Ele identifica no Ministro Mailson o comando da arti-



Moreira aciona bancada do Rio



Mailson prefere discussão técnica



Costa Couto atua com discrição

## Liderança do Centrão apóia as alterações

Na Constituinte, os principais defensores de alterações no texto sobre tributação são os líderes do Centrão ligados ao Palácio do Planalto, os Deputados Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e Ricardo Fiuza (PFL-PE). Mas eles têm sérias dificuldades, já que os Deputados nordestinos que integram o grupo aprovam o texto da Sistematização.

Certo da vitória, o Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), um dos principais articuladores do projeto, salienta que "não está em discussão a divisão de recursos, mas a divisão de poder". Lembra que, se tivessem aprovado a reforma tributária em 87, o Governo federal teria re-

passado Cz\$ 30 bilhões aos Municípios, além dos Cz\$ 49 bilhões liberados.

O texto adaptado pelo Centrão tem o apoio da maioria da Constituinte, mas as críticas não partem apenas dos Constituintes ligados ao Governo. O Deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), integrante da Frente Municipalista, hoje uma entidade desarticulada, acha que as alterações propostas beneficiam apenas os Estados, deixando os Municípios na mesma situação de hoje — sem autonomia. Ele lembra que os Municípios terão um aumento de receita de 25 por cento, mas assumirão, a partir da promulgação da Constituição, a responsabilidade pela saúde e

educação de primeiro grau.

— Os Municípios vão simplesmente mudar de dono. Em vez de buscar recursos em Brasília, passarão a buscar ajuda nos Governos estaduais. Voltará com toda a força a política dos Governadores — afirma o Deputado.

Diante disso, avalia que a ação política dos Governos estaduais será decisiva na distribuição de recursos:

— Os Prefeitos de oposição ficarão a pão e água em alguns Estados. Pelo menos, os Ministros não fazem política no mesmo Estado dos Prefeitos. Por isso, não fazem maiores exigências para liberar verbas.

da sobre todos os impostos existentes, mas com percentual menor.

Dos Ministros que atuaram no episódio da votação do sistema de governo, apenas Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, tem procurado os Constituintes para tentar alterar o projeto da Sistematização, com o argumento de que "ele vai quebrar a União".

## Dornelles prevê ganho para Municípios

BRASÍLIA — Sob o argumento de que os Municípios terão o maior percentual de aumento em suas receitas, o Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) repudia a tese de que eles seriam onerados com encargos provenientes das alterações previstas no projeto de reforma tributária, elaborado pelo Centrão. Dornelles contesta as críticas ao projeto, feitas pelo Deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), alegando que os Municípios terão um acréscimo de encargos correspondente ao aumento de receita.

Como principal ganho dos Municípios, cita o aumento do percentual do Fun-

do de Participação dos Municípios: de 17 para 22,5 por cento do IPI e do Imposto de Renda. No ano passado, este Fundo rendeu Cz\$ 86 bilhões aos Municípios. Mas Dornelles admite que os Estados terão um ganho maior neste aspecto. O percentual do Fundo de Participação dos Estados será aumentado de 14 para 21 por cento. Em 1987, estes 14 por cento significaram Cz\$ 77 bilhões, sendo Cz\$ 60 bilhões distribuídos entre os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, seguindo o esquema de distribuição de renda das regiões mais desenvolvidas para as regiões mais pobres.